

Senado aumenta base de cobrança do ISS

Imposto que incidia sobre 101 itens passa para 208; taxaço será feita onde serviço é prestado

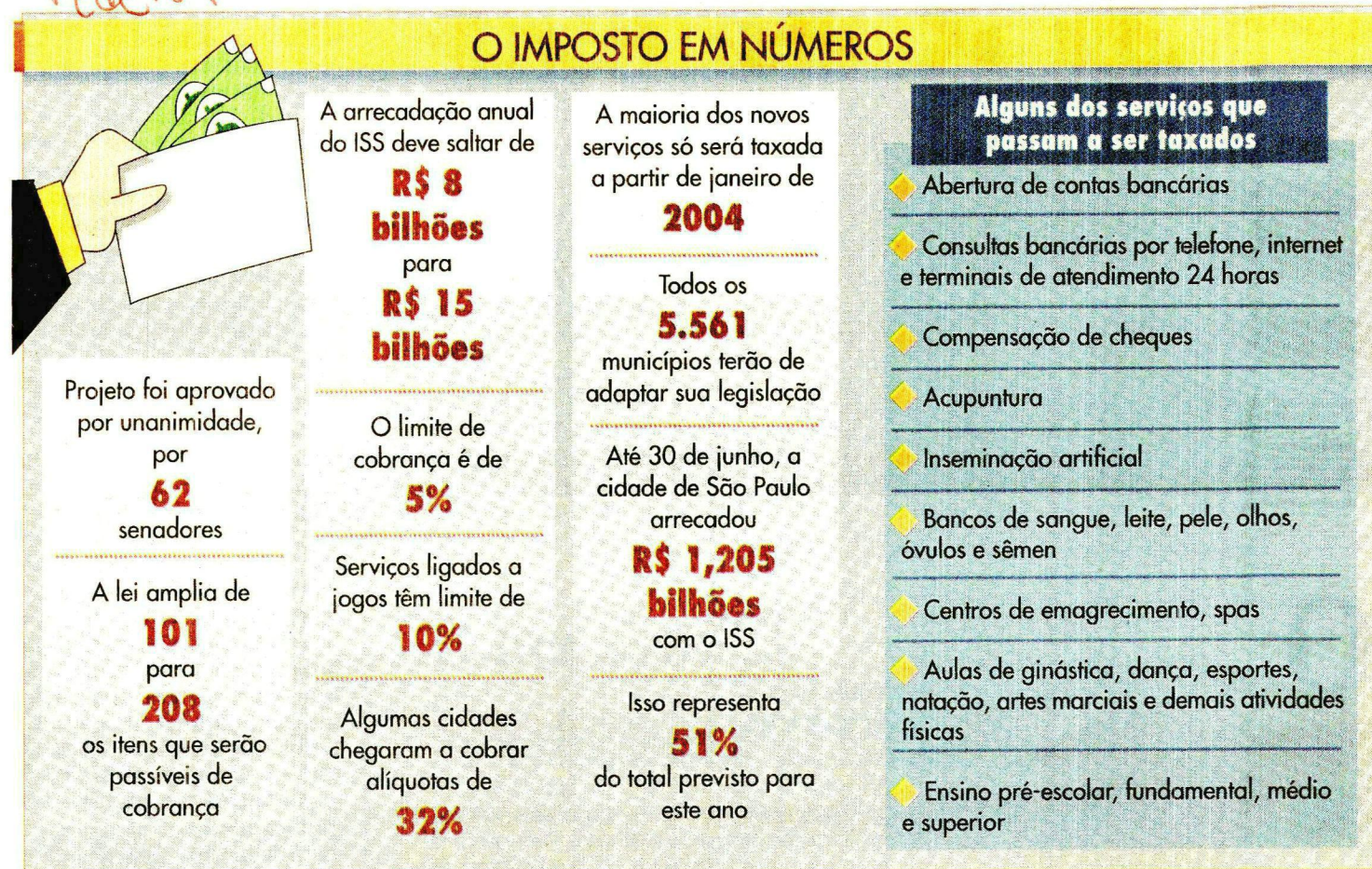
ROSA COSTA

BRASÍLIA – Os 5.561 municípios brasileiros obtiveram ontem uma vitória, com a aprovação final no Senado, por unanimidade (62 votos), do projeto de lei complementar que amplia a base de arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS). Pela nova lei, que depende apenas da sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para entrar em vigor, o ISS incidirá sobre 208 itens e não apenas 101 serviços, como ocorria até agora.

Com isso, os municípios não terão mais de decidir quais novos serviços são ou não passíveis de tributação. É isso o que ocorre hoje, mas a prática normalmente tem sido contestada pela Justiça. A mudança foi proposta pelo então senador Fernando Henrique Cardoso, em 1989, e tramitava no Congresso. Foi aprovada no Senado, modificada pelos deputados e agora novamente aprovada com mudanças pelos senadores. Entre elas a de excluir o direito autoral dos serviços passíveis da cobrança do ISS.

Entre os serviços que passarão a ser cobrados estão, entre outros, as saunas, duchas e massagens e a assessoria e consultoria de informática.

O imposto será arrecadado no município onde o serviço for



prestado e não mais no local onde estiver a sede da empresa prestadora do serviço.

Demanda – O presidente da Frente Nacional dos Prefeitos e prefeito de Aracaju, Marcelo Déda (PT), explicou que a ampliação da base vai solucionar uma dificuldade: a de impedir as demandas judiciais “que são imensas”, com relação a serviços que são ou não alcançados

pelo ISS. “Foi atualizada uma série de serviços que surgiu nos últimos anos e os municípios não podiam cobrar.”

Déda acredita que, com a ampliação da base de arrecadação, haverá redução na alíquota, que, em alguns municípios, chega a 32% da taxa de serviço.

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, previu que certas cidades vão do-

brar o total arrecadado em ISS. Em todo o País, ele acredita que o total anual do imposto, hoje de R\$ 8 bilhões, deve crescer para R\$ 12 bilhões ou R\$ 15 bilhões em três anos. O valor incerto da previsão, conforme explicou, decorre da autorização para os municípios estipularem o imposto em valores que vão de 2% a 5% da taxa de serviços.

Somente os jogos legais, como loterias e bingos, terão um

teto maior de taxaço, de 10%. O relator da proposta, senador Romero Jucá (PMDB-RR), informou que a nova lei também servirá para conter municípios que cobram “alíquotas despropositadas”. Nos casos em que houver a redução da alíquota, a cobrança pode ser feita após a sanção da lei. Já no caso de adoção ou aumento do imposto, a vigência só pode ocorrer a partir de janeiro.